

APRESENTAÇÃO

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL foi criada em 1979 para melhorar a qualidade de vida da população sul-mato-grossense nas atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Com isso, o compromisso da empresa em relação à sociedade é manter a universalização do abastecimento com água potável nas localidades operadas e aumentar progressivamente o índice de atendimento em esgotamento sanitário para que o desenvolvimento sustentável e o socioeconômico impactem positivamente na qualidade de vida e na saúde da população residente no Mato Grosso do Sul.

Em cumprimento ao Novo Marco Legal do Saneamento, a Sanesul protocolou junto à Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos (AGEMS), em 27 de dezembro de 2021, todos os documentos para atendimento ao Decreto 10.710/2019 que regulamenta o art. 10-b da lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 e exige das empresas de saneamento a comprovação da capacidade econômico-financeira para atendimento das coberturas exigidas pela nova Lei.

A medida visa o cumprimento da meta da universalização dos serviços de água e o tratamento de esgoto em Mato Grosso do Sul. A lei nº 14.026/2020, que atualizou o Marco Legal do Saneamento, determina o atendimento de 99% da população com abastecimento de água potável e de 90% da população com coleta e tratamento de esgoto sanitário até dezembro de 2033.

As empresas iriam até o dia 31 de dezembro de 2021 para apresentar o requerimento de comprovação de capacidade econômico-financeira, restando agora aguardar a manifestação da AGEFS que tem até o final de março/2022 para conclusão das análises. Os estudos da Sanesul foram auditados pelo BDO RSC Auditores Independentes e certificados pela Ernst & Young, validando as informações prestadas pela Empresa.

A seguir estão as Declarações Estratégicas e os Valores que norteiam as decisões e a Sanesul.

NEGÓCIOS	MISSÃO	VISÃO DE FUTURO
- Consolidados: • ABASTECIMENTO DE ÁGUA; • ESGOTAMENTO SANITÁRIO; • COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS;	• PROMOVER SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, CONTRIBUINDO PARA A SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS.	• SER RECONHECIDA PELA EXCELENCIA NOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, MELHORANDO A SAÚDE DAS PESSOAS.
- Novos Negócios: • DRENAGEM URBANA; • RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS E INDUSTRIALIS; • CONSULTORIAS, CERTIFICAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA; • SERVIÇOS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS;		
• OUTROS SERVIÇOS PARA A SAÚDE DA POPULAÇÃO.		

VALORES

- Ética e moralidade; Legalidade; Impessoalidade; Publicidade; Eficiência; Eficiácia; Efetividade; Segurança; Regularidade; Generalidade; Universalidade; Continuidade; Atualidade; Cortesia; Prestação de Contas; Equidade; Sustentabilidade Ambiental e Responsabilidade Social; Sustentabilidade Econômico-financeira.

Este relatório apresenta os principais resultados do ano de 2021, distribuídos nas quatro dimensões do Mapa de Negócio no Plano Estratégico (2020-2024) que são: Mercado, Finanças, Processos e Aprendizado.

DIMENSÃO 1: MERCADO

Sediada em Campo Grande, a SANESUL opera 13 Estações de Tratamento de Água (ETAs), 456 poços ativos e, na forma de parceria público-privada, 64 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs). Para gestão dos processos principais e de apoio, possui uma força de trabalho composta de 1.338 colaboradores. O mercado de atuação abrange 128 localidades, sendo 68 municípios e 60 distritos do Estado de Mato Grosso do Sul.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As políticas e práticas de governança corporativa da Sanesul possuem foco na transparência de gestão, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com o Código de Conduta e Integridade.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, prática e instrumentos como o Estatuto Social, o Regimento Interno e Políticas que norteiam a atuação dos Comitês Internos e apoiam o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva com descrições de atribuições de todas as unidades formais da estrutura organizacional.

Em 2021, foram aprovadas pelo Conselho de Administração: a Política de Patrocínio, Política de Transações com Partes Relacionadas e a Política de Gestão de Risco, além da elaboração e aprovação do Regimento Interno do Conselho de Administração e da Gerência de Auditoria Interna com o estabelecimento de papéis e responsabilidades.

O Conselho de Administração aprovou a Política de Proteção de Dados e Termo de uso do site e aplicativos da Sanesul dando continuidade ao atendimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD - Lei nº 13.709/2018, em vigor desde o dia 18/09/2020, que determina uma nova governança e necessidade de atuação institucional a garantir o adequado tratamento e proteção aos dados pessoais. Nesse sentido, foi realizada a estruturação do atendimento aos Titulares de Dados Pessoais com a nomeação da Ouvidoria para o cargo de Encarregado de Proteção de Dados Pessoais (DPO), pelo papel desempenhado de canal de comunicação entre o órgão e os cidadãos e, o Gerente de Tecnologia da Informação como Agente de Tratamento de Dados.

Para auxiliar a gestão do secretariado de governança, foi contratada uma ferramenta de software do Portal de Governança Corporativa – Portal Átlas Governance, acessível também em dispositivos móveis. A ferramenta tem o objetivo de otimizar o tempo dos Administradores, integrando calendários, salas de videoconferência e mensageria, além de facilitar a comunicação mediante o acesso instantâneo e consolidado dos materiais dos comitês e colegiados estatutários.

A Sanesul promoveu o 16º Encontro de Profissionais de Governança, Auditoria Interna, Risco e Compliance, o evento foi online e contou com a presença de vários profissionais e especialistas do ramo.

O Canal de Denúncias do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) também foi criado em 2021 com o objetivo de acolher exclusivamente informações sobre matérias relacionadas ao seu escopo de atividades, e que serão recebidas diretamente pelos membros integrantes, de forma confidencial, podendo ser anônima ou identificada, tendo o seu sigilo preservado.

GESTÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul – Sanesul tem o dever e o comprometimento em atender às legislações ambientais vigentes. Dessa forma, seus empreendimentos de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário passam por processos de licenciamento ambiental e/ou outorga de direito de uso dos recursos hídricos.

O licenciamento ambiental é obrigatório quando da concepção, instalação e operação de empreendimentos do saneamento. A empresa tem atuado na realização de estudos ambientais detalhados dos possíveis locais em que serão instalados os empreendimentos, incluindo identificação dos impactos nas fases de instalação e operação, e previsão de medidas mitigadoras, de modo a preservar o meio ambiente e a qualidade de vida da população beneficiada com o sistema a ser implantado.

Tabela 1. Quantidade de licenças ambientais emitidas em 2021

Empreendimentos	Autoriz. Supressão	LP	RLP	LAS	LI	RLI	LO	RLO	Total
ETE	1	1		2	1	3	3		11
EEE		16	7	2		1	9	1	36
Rede/Coleitor/Interceptor	2							4	2
Total	1	19	7	2	2	12	4	49	

Autoriz. Supressão: Autorização de supressão; LP: Licença Prévia; RLP: Renovação de Licença Prévia; LAS: Licença Ambiental Simplificada; LI: Licença de Instalação; RLI: Renovação de Licença de Instalação; LO: Licença de Operação; RLO: Renovação de Licença de Operação.

Tabela 2. Quantidade de outorgas de poços tubulares profundos emitidas em 2021.

	Autorização de Perfuração	Outorga de Uso	Renovação de Outorga	Total
Poços	24	22	02	48

No ano de 2022, o Índice de Regularidade Ambiental começará a valer como parte integrante do Fator de Desempenho no contrato com a PPP o que impactará diretamente na contraprestação da contratada. Além disso, conforme cláusulas contratuais, a empresa entregará todas as obras dos sistemas de esgotamento sanitário em andamento e provisionadas com as licenças de operação devidamente emitidas.

Para garantir a melhoria dos sistemas de abastecimento de água, 24 novos poços tubulares profundos foram licitados, e todos já contam com Autorizações de Perfuração emitidas pelo órgão ambiental estadual, ou seja, aptos para iniciar as obras.

O monitoramento ambiental é realizado periodicamente, nos sistemas de tratamento de água, com coletas de amostras de água na entrada e saída dos sistemas, visando acompanhar a qualidade da operação e manter a eficiência do tratamento. Todas essas informações são compiladas em Relatórios de Execução de Autonomonitoring, encaminhados ao órgão ambiental.

PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL

A Empresa participa ativamente do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Possui representação no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e nos Comitês de Bacia Hidrográfica existentes no estado, o CCBH Rio Ivinhema, CCBH Rio Miranda e CCBH Rio das Mortes - Apopa. Também faz parte do Grupo de Acompanhamento dos estudos de enquadramento de microbacias hidrográficas do Estado.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Mobilização Social e Educação Ambiental promovida junto com a população infanto-juvenil e adulta têm como objetivo mobilizar as pessoas para a efetiva participação na implantação, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, como forma de sensibilizá-las para a importância de se ligarem às redes de distribuição de água e de coleta de esgoto, bem como o seu correto, os benefícios do uso racional da água e o impacto do saneamento na preservação do meio ambiente e na qualidade de vida da população.

A mobilização da comunidade é realizada na área de implantação do projeto por meio de reuniões comunitárias, visitas domiciliares e oficinas educativas e devido à pandemia que estava em seu estado mais crítico no início do ano de 2021, as atividades comunitárias foram suspensas, restando apenas as visitas domiciliares que não aglomeram pessoas. Mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia foram atendidas mais de 33 mil pessoas em 26 cidades.

No Dia da Água, foi desenvolvida a campanha "Nossa Água", onde os funcionários da Sanesul, em parceria com voluntários de instituições locais (prefeituras, ONGs, secretarias), realizaram a limpeza de córregos urbanos em três municípios: Bonito, Corumbá e Paranaíba.

No Dia da Árvore, foram distribuídas 11.300 mudas de árvores nativas aos clientes da Sanesul. Foram realizadas ações de plantio junto às secretarias estaduais, em parques municipais e locais públicos nos municípios onde a Sanesul atua.

DIMENSÃO 2: FINANÇAS

DESEMPENHO ECONÔMICO

A seguir, quadro comparativo dos resultados do desempenho econômico-financeiro:

	2020	2021	%
Receita Operacional Líquida	594.574	647.079	+8,83
Custos e Despesas Operacionais	500.931	522.764	+4,36
EBITDA	167.058	194.638	+16,51
Lucro Líquido do Exercício	82.809	96.443	+16,46

Em 2021, as receitas operacionais líquidas apresentaram um incremento de 8,83% em relação a 2020, devido ao aumento de 5,65% nas economias médias faturadas de água e de esgoto, com reflexo direto no volume faturado, que apresentou um aumento de 5,15%. Outro fator que impactou esse resultado foi o reajuste tarifário de 6,76%, ocorrido em julho de 2021.

Os custos somados às despesas operacionais apresentaram um aumento de 4,36%, no ano de 2021 em relação ao ano de 2020. Apesar de alguns itens terem sofrido variações superiores ao índice inflacionário do ano medido pelo IPCA (10,06%), tais como energia elétrica (16,52%), despesas com materiais (16,68%), despesas financeiras (17,03%), os mesmos foram compensados com reduções em despesas de pessoal (2,91%), serviços de terceiros (18,28%), provisão para crédito de liquidação duvidosa (8,2%) e provisões para possíveis contingências judiciais (39,36%).

Publicado no Site <https://correiodoestado.com.br/publicidade-legal> - Edição do dia: 13/04/2022

Fonte: Sanesul - Relatório de Desempenho 2021

Fonte: Sanesul - Relatório de Desempenho 2

Em 2021, foram realizados encaminhamentos, orientações, providências e acompanhamentos dos empregados nas seguintes demandas:

- Solicitação de auxílio-natalidade/Licença-paternidade: 36 empregados atendidos;
- Solicitação Auxílio-funeral/Apóio a famílias encaminhamentos para Seguro da Unimed e seguradora GENTE, totalizando 72 óbitos, sendo 11 empregados e 62 dependentes;
- Licença Maternidade e Auxílio Creche: 13 empregadas foram atendidas e 30 beneficiários foram excluídos do Auxílio Creche;
- Solicitação e acompanhamento Auxílio dependente especial: 24 benefícios foram concedidos, sendo que 6 dependentes foram incluídos;
- Acompanhamento, orientações, encaminhamentos referentes a Auxílios previdenciários, emissão de requerimento de último dia trabalhado, atualização de planilhas e acompanhamento de prazos para suspensão de benefícios. 148 empregados atendidos;
- Processos de reabilitação profissional (abertura do processo, acompanhamento interno, providências necessárias e finalização); 4 processos de Reabilitação Profissional finalizados;
- Acompanhamento dos empregados afastados por atestados médicos - Visitas domiciliares/Hospitais/Unidades e Regionais;
- Aposentadoria: controle/Consulta ao site INSS. Solicitação de carta de concessão e acompanhamento diário: 111 empregados sendo acompanhados, 108 empregados aposentados trabalhando e 3 empregados desligados. Orientações e encaminhamentos aos empregados que apresentaram demandas psicosociais; 11 encaminhados para atendimento Psicológico on-line.

DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

No ano de 2021, destaca-se:

- Prêmio IGS/ABES:** A prática de gestão e automação do Almoxarifado Central passou pela fase de elegibilidade na premiação da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), categoria IGS. A Sanesul foi convidada e apresentou a prática por meio de painel eletrônico no Seminário da ABES de dezembro/21;
- Prêmio Inovação/GOV-MS:** Prática do Almoxarifado Central enviada para a Escolagov, ficando em 5º lugar entre 15 práticas candidatas;
- Plano de Metas:** O Grupo Gestor do Plano de Metas (GGPM) avalia os indicadores em reuniões mensais e disponibiliza resultados e demais documentos no Portal;
- SAIS:** O Sistema de Avaliação da Imagem e Segurança foi retomado tendo como objetivo a análise das condições físicas e de segurança dos sistemas, processos operacionais, comerciais e administrativos;
- SNIS:** Em processo de melhoria para a importação das informações, acelerando a análise de dados antes de enviar para o Ministério do Desenvolvimento Regional. A certificação ACERTAR/AGEMS conquistada pela Sanesul em 2021 indica a confiança nas informações fornecidas ao SNIS (1º ciclo).

CERTIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Metodologia Acertar busca trazer confiabilidade e exatidão às informações fornecidas pelas empresas de saneamento ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do Governo Federal. Em 2021, a Sanesul foi certificada pela AGEMS no 1º Ciclo que corresponde à avaliação de Conflância, trazendo benefícios como a parametrização dos controles internos e dos dados que alimentam o SNIS e o reconhecimento das boas práticas na empresa.

Em 2021, foram publicadas as novas estruturas tarifárias de água e esgoto decorrentes da revisão tarifária homologada pela AGEMS, destacando-se o fim da cobrança da conta mínima.

MOORE VR AUDITORES & CONSULTORES
Avenida Olinda, nº 960, Salas 1204 e 1205
Ed. Business Tower Lozandes
Goiânia – GO CEP: 74.884-120
Fone: (62) 3089-0363
www.moorebrasil.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Diretoria e Conselheiros
Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul S.A - SANESUL
Campo Grande - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL** ("Sanesul ou Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor na auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos:

Saldo correspondentes comparativos:

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício de 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado em 26 de fevereiro de 2021, contendo ressalvas quanto: i) não realização da revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado e do ativo intangível; e ii) referente à ausência de controle analíticos dos títulos a faturar, devidamente regularizados no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Demonstração do valor adicionado (DVA):

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Sanesul, e apresentada de forma voluntária, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sanesul. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e responsáveis da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor da auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, 25 de fevereiro de 2022.

MOORE VR AUDITORES & CONSULTORES SS
CRC 1 GO 02158/O-4

Rodrigo Costa Silva
Contador CRC 1 GO 016905/O-4

MOORE

Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20
Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)



ATIVO

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	7.625	7.506
Aplicações financeiras	5	118.374	68.011
Contas a receber	6	105.228	95.827
Estoques	7	22.674	15.496
Impostos a recuperar		3.385	1.847
Outros créditos		3.324	2.765
		260.610	191.452
Não circulante			
Depósitos em garantia	5	6.369	-
Depósitos judiciais		1.586	3.760
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	21.135	13.598
Ativo financeiro	9	92.092	115.430
		121.182	132.788
Imobilizado			
Intangível	10	51.108	52.102
	11	933.952	844.540
		985.060	896.642
Total do ativo		1.366.852	1.220.882

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	12	49.037	43.943
Empréstimos e financiamentos	13	20.230	24.369
Obrigações trabalhistas	14	26.644	24.078
Impostos e contribuições		9.292	7.991
Parcelamento tributos e contribuições sociais		198	339
Juros sobre capital próprio	15	-	37.061
Outras contas a pagar		2.998	3.964
		108.399	141.745
Não circulante			
Emprestimos e financiamentos	13	232.045	203.269
Parcelamento tributos e contribuições sociais		-	196
Contingências	16	37.155	27.758
Outras contas a pagar		163	489
		269.363	231.712
Patrimônio líquido			
Capital social	18.1	709.745	662.426
Adicionamento futuro aumento de capital - AFAC	18.3	40.334	-
Reserva de lucros	18.2	239.011	184.999
		989.090	847.425
Total do passivo e patrimônio líquido		1.366.852	1.220.882

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	96.443	69.948
Ajustes para:		
Amortizações do intangível	32.322	30.066
Dep		

O Decreto Federal nº 10.710/2021, regulamentou o art. 10-B da Lei Federal nº 11.445/2007, estabeleceu a metodologia para a comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos regulares (Contratos de Programa) em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização previstas no caput do art. 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007, que determinou o atendimento de 99% da população com abastecimento de água potável e de 90% da população com a coleta e tratamento de esgoto sanitário até dezembro de 2033. O prazo para cumprimento dessa comprovação, junto à AGEMS – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Mato Grosso do Sul, por parte da Companhia era de até 31 de dezembro de 2021, prazo este que foi cumprido com comprovação da sua capacidade econômico-financeira, com alcance da universalização dos serviços dentro do prazo estipulado. Este mesmo estudo foi protocolado junto à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA em 27 de dezembro de 2021, conforme determinou o Decreto.

1.1. Parceria Pública Privada ("PPP")

Em 05 de fevereiro de 2021 foi assinado contrato de Parceria Pública Privada (PPP) junto à empresa Ambiental MS Pantanal SPE S.A., vencedora do certame licitatório realizado em 23 de outubro de 2020, pelo prazo de 30 anos, na modalidade de concessão administrativa, para universalizar os serviços de esgotamento sanitário em até dez anos nos 68 municípios operados pela SANESUL. Em 05 de maio de 2021 foi assinado a Ordem de Serviço para início das atividades de operação e manutenção, bem como, dos investimentos necessários à universalização dos serviços. Para o período da contratação estão previstos investimentos que garantem a operação, manutenção e a universalização desses serviços, em contrapartida será atribuída uma remuneração mensal a título de contraprestação, baseados nos volumes a serem faturados de esgotos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A aprovação das demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria Executiva em 25 de fevereiro de 2022.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- 1. Nota 6 - Contas a receber (provisão para perdas de crédito esperadas) e reconhecimento da receita não faturada (Estimativa baseada na média de consumo);
- 2. Nota 8 – Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos;
- 3. Nota 9 – Ativo financeiro e ativo intangível vinculados a concessão – Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.
- 4. Nota 10 - Imobilizado (vida útil);
- 5. Nota 11 - Intangível (vida útil);
- 6. Nota 16 - Contingências;

Em 2020 foi contratada empresa especializada para execução dos serviços de revisão de vida útil e valor residual dos ativos, em atendimento ao CPC 27 – Ativo Imobilizado, foi emitido laudo em 2021 sendo necessário o ajuste para a vida útil somente para veículos, de 60 meses para 120 meses de forma prospectiva.

2.5. Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudesse compor a demonstração de resultados abrangentes.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando, e somente quando, a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros são classificados e mensurados de acordo com CPC 48 – Instrumentos financeiros, sendo: pelo método de custo amortizado, ou a valor justo por meio do resultado ou ainda a valor justo por meio de resultados abrangentes.

Custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa pelo recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e que não são destinados a comercialização.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros que não podem ser classificados por nenhuma das categorias citadas acima.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa pelo recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, assim como pela sua comercialização.

i. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento, com base no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratuais.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de "repasse"; e
- (a) A Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transfere tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial ao custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Emprestimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.3. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos:

- Empréstimos e financiamentos;
- Fornecedores e empreiteiros; e
- Outras contas a pagar.

3.4. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.5. Ativo Financeiro – Contrato de Programa

A Lei Federal nº 14.026 de 15 de julho de 2020 que atualizou o marco legal do Saneamento extinguindo a possibilidade de contratação por dispensa de licitação através de Gestão Associada que era prevista pela Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. A partir dessa data não há como os municípios delegar os serviços a terceiros sem a obrigatoriedade de licitação, assim a Companhia reconheceu como "Ativo Financeiro", esses créditos junto ao poder concedente, visto que o novo marco prevê o direito incondicional de receber indenização pelos investimentos, em sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotos, realizados e que não serão amortizados até os vencimentos dos Contratos. O valor calculado passível de indenização foi trazido a valor presente com uma taxa de desconto, equivalente a Taxa de Longo Prazo – TLP vigente em dezembro de 2021 divulgado pelo Banco Central do Brasil. A Companhia não reconhece perda por impairment sobre os mesmos, tendo em vista que as concessões, através de Contrato de Programa, preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela SANESUL revertem ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Esse crédito a receber possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão, que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

3.6. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão-de-obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despenses operacionais no resultado;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bens registrados no ativo imobilizado são os que não possuem vinculação com concessões de serviços públicos, ou seja, os bens de uso geral.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recurrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis utilizadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Edificações: 50 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Equipamentos: 10 anos;
- Computadores e periféricos: 5 anos;
- Equipamentos pesados: 4 anos;
- Veículos: 10 anos;
- Ferramentas: 5 anos.

3.7. Intangível

Contratos de Programa

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 11).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento (ativos de contrato) são classificadas no ativo Intangível. Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas estações de água e esgoto estão sendo capitalizados como parte de seus custos.

3.8. Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo receíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data da apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso,

	Taxa anual de depreciação	01/01/2021	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Custo						
Terrenos	4,645	24	-	(58)	4,611	
Equipamentos	2%	37.925	189	-	37.935	
Móveis e utensílios	10%	9.238	1.018	(114)	10.142	
Equipamentos	10%	10.459	307	(123)	10.543	
Veículos	20%	26.870	3.506	(19)	30.357	
Equipamentos pesados	25%	17.396	23	(8)	17.411	
Computadores	20%	7.798	302	-	7.900	
Ferramentas/ferramental	20%	-	341	-	341	
Telefones	-	-	6	-	6	
Obras em andamento	-	555	130	-	685	
Depreciação		114.570	5.020	(322)	119.447	
Edificações		(8.129)	(688)	-	(8.817)	
Móveis e utensílios		(5.569)	(825)	104	(6.290)	
Equipamentos		(6.808)	(770)	103	(7.475)	
Velocímetro		(20.000)	(1.300)	-	19	(20.297)
Equipamentos pesados		(14.291)	(1.439)	-	8	(15.718)
Computadores		(7.270)	(422)	-	(7.692)	
Ferramentas/ferramental		(315)	(25)	-	(340)	
Ações fiscais - (1)		(62.468)	(6.105)	-	(68.339)	
Ações cíveis - (2)		52.102	(1.095)	189	(88)	51.108

11. Intangível

	Saldos em 01/01/2020	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2020
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	583.908	22.292	58.995	(1.495)	663.700
Sistemas de esgotamento sanitário	316.704	16.808	61.542	(133)	394.921
Subvenções recebidas	(49.877)	(19.427)	(1.741)	-	(71.045)
	850.735	19.673	118.796	(1.628)	987.576
Amortização					
Sistemas de abastecimento de água	(239.019)	(20.202)	-	1.027	(258.194)
Sistemas de esgotamento sanitário	(72.357)	(9.864)	-	79	(82.142)
	(311.376)	(30.066)	-	1.106	(340.336)
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	182.322	33.779	(60.759)	-	155.342
Sistemas de esgotamento sanitário	163.543	49.042	(55.197)	-	157.388
Subvenções recebidas	(3.585)	-	3.585	-	-
	342.800	82.821	(112.371)	-	312.730
	881.639	72.428	6.425	(522)	959.970
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	663.700	23.517	9.041	(4.876)	691.382
Sistemas de esgotamento sanitário	394.921	14.023	2.269	(66)	411.147
Subvenções recebidas	(71.045)	(16.412)	2.427	-	(85.030)
	987.576	21.128	13.739	(4.942)	1.017.499
Amortização					
Sistemas de abastecimento de água	(258.194)	(21.460)	-	4.705	(274.494)
Sistemas de esgotamento sanitário	(82.142)	(10.862)	-	-	(93.004)
	(340.336)	(32.322)	-	4.705	(367.953)
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	155.342	17.217	(6.608)	-	165.951
Sistemas de esgotamento sanitário	157.388	58.049	(4.890)	-	210.547
	312.730	75.266	(11.498)	-	376.498
Ativo Financeiro					
	-	-	(92.092)	-	(92.092)
	959.970	64.072	(89.853)	(237)	933.952

O ativo intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de abastecimento de água e esgotos. As taxas de amortização são definidas com base nas estimativas de vida útil dos bens.

O montante líquido de transferência é de R\$ 89.853, sendo que R\$ 92.092 para Ativo Financeiro (nota explicativa 9), R\$ 2.427, é para "Receita de Subvenção para Investimento".

12. Fornecedores e empreiteiros

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de serviços e materiais - (1)	28.095	23.207
Fornecedores de serviços e materiais a faturar	20.942	20.736

1. O saldo está representado por empresas contratadas com fornecimentos de materiais, manutenção, execução de projetos e obras dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários em diversas localidades do Estado de Mato Grosso do Sul.

13. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2021	31/12/2020			
	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Caixa Econômica Federal	18.820	229.807	248.627	22.903	199.668
Banco do Brasil/FCO	1.410	2.238	3.648	1.466	3.601

Os financiamentos com recursos da Caixa Econômica Federal destinaram-se à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotos sanitários, e estão garantidos por aval do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e por bens do ativo.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
20.230	18.205	16.626	16.626	160.358	232.045

Garantias

As operações de financiamentos, são garantidos pelos direitos creditórios referentes à arrecadação de receitas tarifárias.

Os dados de cada contrato estão demonstrados a seguir:

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	31/12/2021	31/12/2020	Credor	Prazo do Cto	Vencimento final
241662-07	Prog San Todos T. Lagoas Águas	1.827	CAIXA	320 Set 2021			
182236-41	Prog San Todos Dourados Esgoto	359	CAIXA	246 CAIXA	Jan de 2028		
182227-56	Prog San Todos Corumbá Esgoto	529	597 CAIXA	234 CAIXA	Jan de 2028		
182268-60	Prog San Todos P. Porã Esgoto	734	853 CAIXA	234 CAIXA	Fev de 2028		
180167-94	Prog San Todos T.Lagoas Águas	600	692 CAIXA	234 CAIXA	Abr de 2028		
291832-00	Prog San Todos P. Porã EPE	2.123	7.970 CAIXA	240 CAIXA	Dez de 2029		
291832-42	Prog San Todos T.Lagoas Águas	1.218	7.970 CAIXA	240 CAIXA	Dez de 2029		
241662-48	Prog San Todos T. Lagoas Águas	1.855	1.855 CAIXA	240 CAIXA	Dez de 2029		
241695-85	Prog San Todos Corumbá SAA	3.116	3.446 CAIXA	240 CAIXA	Fev de 2031		
231664-14	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	6.335	6.958 CAIXA	240 CAIXA	Fev de 2031		
292351-97	Prog San Todos Corumbá Águas	13.447	14.880 CAIXA	262 CAIXA	Dez de 2031		
370940-00	Prog San Todos Ipumé Águas	753	808 CAIXA	240 CAIXA	Abr de 2033		
370945-66	Prog San Todos Iapuá Águas	1.554	1.666 CAIXA	240 CAIXA	Jul de 2033		
370947-83	Prog San Todos Iapuá Águas	2.009	2.150 CAIXA	240 CAIXA	Out de 2033		
370948-45	Prog San Todos Iapuá Águas	3.762	4.011 CAIXA	240 CAIXA	Dez de 2034		
370949-42	Prog San Todos Iapuá Águas	3.220	3.434 CAIXA	240 CAIXA	Dez de 2034		
426331-90	Prog San Todos Três Lagoas Águas	1.578	1.578 CAIXA	240 CAIXA	Dez de 2034		
426331-36	Prog San Todos Três Lagoas Águas	2.057	2.354 CAIXA	240 CAIXA	Dez de 2034		
243236-47	Prog San Todos Dourados Águas	60.084	56.099 CAIXA	240 CAIXA	Dez de 2037		
505682-50	Prog San Todos Amanã Esgoto	3.310	2.192 CAIXA	248 CAIXA	Fev de 2039		
505687-00	Prog San Todos Bataguassu Esgoto	3.672	3.814 CAIXA	248 CAIXA	Fev de 2039		
505693-61	Prog San Todos Guia Japuri Esgoto	4.636	3				